

## **TRAJETÓRIAS DE VIDA: CAMINHOS PERCORRIDOS E DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS ESTUDANTES DA EJA DURANTE A SUA VIDA ESCOLAR**

Danielle Maria Braga da Silva  
Orientador: Thaynah de Brito Barra Nova

*Universidade Federal Rural De Pernambuco (UFRPE)*  
*Unidade Acadêmica De Garanhuns (UAG)*  
[danyellebragaifpe@gmail.com](mailto:danyellebragaifpe@gmail.com)  
[tbarranova@gmail.com](mailto:tbarranova@gmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

A Educação de Jovens e Adultos hoje é uma modalidade da educação básica que surgiu de um processo educacional em meios informais, e firmou sua identidade mediante um cenário de lutas e conflitos principalmente políticos, passou por um período em que a alfabetização de adultos era vista como um meio de impor ensinamentos religiosos, momentos em que os índices de pessoas analfabetas eram considerados vergonhosos para o país e assim foram criados diversos modos de intervenção para tentar mudar essa realidade, programas de curto prazo fracassados, querendo mudar uma realidade de anos em pouco tempo.

A necessidade de políticas públicas para a EJA, não é recente, primeiro por que se trata de uma clientela específica, logo, as mesmas estratégias utilizadas com crianças não dariam certo, segundo porque a garantia do direito à educação está presente na Constituição Federal de 1988. A busca por uma educação de qualidade não se faz de qualquer jeito, e um ponto que consideramos extremamente importante na construção de uma melhoria no âmbito educacional é saber quem são os alunos para que a proposta de educação seja feita a partir dos deles. Por um tempo as práticas vivenciadas com os adultos eram iguais às trabalhadas com crianças, e isso não teve um efeito positivo, ao decorrer do tempo e com alguns programas de alfabetização fracassados percebeu-se que dessa maneira não se alcançaria o objetivo, na década de 60 com a grande repercussão dos movimentos populares, onde haviam iniciativas de alfabetização de adultos, ficou conhecido por todos o método de alfabetização que o Professor Paulo Freire utilizara em Recife no Movimento de Cultura Popular que o mesmo liderava.

A partir desse momento a Alfabetização de Adultos começou a ser vista com outros olhos, no que diz respeito à práticas pedagógicas e a emergente necessidade de criar oportunidades para uma educação de qualidade, o aluno da EJA necessita de atividades específicas, logo, os programas de alfabetização não podem seguir as mesmas orientações de programas do ensino regular. Nesse sentido salientamos também a importância dos autores que se empenham em pesquisas na área da educação de adultos e jovens, visto que a EJA por muito tempo vem sendo alvo de preconceitos e exclusões.

Essa pesquisa faz parte de um estudo que vem sendo desenvolvido sobre as histórias de vida dos educandos da EJA e se trata de uma breve pesquisa bibliográfica sobre a Educação de Jovens e Adultos. Entendendo que os estudantes da EJA possuem suas especificidades, e a necessidade de conhecer os alunos que frequentam as salas de jovens adultos e idosos procuramos responder no decorrer desta pesquisa a seguinte questão: como vem sendo discutida a temática da Educação de Adultos no cenário atual? Para isto estabelecemos os objetivos a serem alcançados com o estudo.

#### **OBJETIVO GERAL**

• Conhecer como está sendo discutida a Educação de Jovens e Adultos em teorias e legislação.

#### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Realizar um breve histórico do percurso da EJA no cenário nacional;
- Identificar as discussões sobre a temática em nossa legislação e políticas públicas.

## **METODOLOGIA**

A EJA passa por várias etapas até chegar a uma posição mais sólida, desde uma educação na perspectiva de catequização dos povos indígenas no período do Brasil colônia. Como afirma Strelhow, 2010, (p. 51) “A companhia Missionária de Jesus, tinha a função básica de catequisar (iniciação a fé) e alfabetizar na língua portuguesa os indígenas que viviam na colônia brasileira.”. No período seguinte a educação passou a ser organizada pelo império Segundo Barbosa:

No período da primeira república brasileira tem início as campanhas em torno da educação de adultos no Brasil. Contudo, as mesmas são caracterizadas por iniciativas de curta duração, sem continuidade, com tímida organização e sempre tentando auxílio e parceria das diversas instâncias da sociedade. (BARBOSA, 2012, p.50).

Percebe-se que até então as iniciativas voltadas para educação de adultos em alguns momentos tinham uma finalidade religiosa, e posteriormente iniciativas informais, ou seja, não eram vistas como responsabilidade apenas do estado, estavam sempre buscando por parcerias de outras entidades principalmente como a igreja católica que esteve presente em vários momentos voltados para alfabetização de adultos. As décadas de 40 e 50 foram marcadas por iniciativas voltadas para educação de adultos entre elas a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário em 1942, o Serviço de Educação de Adultos e Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) em 1947, além da Campanha de Educação Rural em 1952 e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) em 1958.

As intenções de políticas educacionais direcionadas a EJA remete a ideia de que a educação de adultos estava lentamente saindo do campo da solidariedade e da filantropia e se tornando um dever do estado e um direito das pessoas analfabetas, a educação sendo vista como um direito das pessoas que não tiveram oportunidade de estudar na idade própria. O período pré-ditadura militar foi bastante produtivo em relação á escolarização de jovens e adultos no final da década de 50 realizou-se no Rio de Janeiro o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, nessa época já estava começando a surgir uma preocupação com as especificidades dos alunos da EJA, pois, não se podiam reproduzir as práticas utilizadas com as crianças do ensino fundamental. “[...] marcava o congresso o início de um novo período na educação de adultos no Brasil, aquele que se caracterizou pela intensa busca de maior eficiência metodológica e por inovações importantes nesse terreno [...]” (PAIVA, 1973, p.210, apud, DI PIERRO & HADDAD, 2000, p. 112).

Nesse momento inicia-se também os movimentos sociais para alfabetização de jovens e adultos, os que tiveram mais visibilidade foram Movimento de Educação de Base CNBB (1961), Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), Centros Populares de Cultura (UNE), Campanha de pé no Chão Também se Aprende a Ler (Secretaria Municipal de Educação de Natal) a grande liderança da educação popular nesse período foi o professor Paulo Freire que influenciou algumas dessas campanhas, Beluzo e Toniosso destacam que:

Com a boa repercussão de sua proposta educacional, as ideias de Paulo Freire se expandiram por todo o país, e a partir de então, passou a ser reconhecido nacionalmente, tanto pela educação popular, quanto pela educação para adultos. O método de alfabetização utilizado por Paulo Freire, caracterizava-se por possuir uma perspectiva libertadora baseava-se principalmente nos conhecimentos prévios dos alunos, buscando compreender suas próprias experiências de vida, partindo do uso de “palavras geradoras”, fazendo com que o indivíduo adquirisse consciência crítica, podendo compreender e questionar sua própria realidade. (BELUZO & TONIOSSO, 2015, p. 198).

E essa repercussão deu a Paulo Freire, a convite do governo federal em 1963 a incumbência de elaborar um Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, porém esse plano

foi extinto em 1964 com o golpe militar juntamente com os movimentos sociais de alfabetização, segundo Di Pierro e Haddad, (2000):

O golpe militar de 1964 produziu uma ruptura política em função da qual os movimentos de educação e cultura populares foram reprimidos, seus dirigentes, perseguidos seus ideais, censurados. (DI PIERRO & HADDAD, 2000, p. 113).

O período de ditadura militar foi um momento muito delicado no país, a repressão dominava diversos segmentos da sociedade, principalmente a educação, e novamente a alfabetização de adultos seria deixada de lado com a proibição das propostas que Paulo Freire havia disseminado, entretanto nesse período foram criadas algumas ações que visavam á alfabetização de adultos, essas ações eram estritamente desenvolvidas para servir as intenções do regime militar. Posteriormente em 1969, com grande visibilidade e extensão foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que buscava basicamente fazer com que pessoas analfabetas aprendessem a ler e escrever e assim promover a erradicação do analfabetismo, o Mobral é um dos programas que mais teve visibilidade, tanto que é lembrado pela população até os dias de hoje, segundo Di Pierro; Joia e Ribeiro, 2001, (p. 61) o Mobral foi:

[...] um programa de proporções nacionais, proclamadamente voltado a oferecer alfabetização a amplas parcelas dos adultos analfabetos nas mais variadas localidades do país [...] O Mobral instalou comissões municipais por todo o país, responsabilizando-as pela execução das atividades enquanto controlava rígida e centralizadamente a orientação, supervisão pedagógica e produção de materiais didáticos. Sendo concebido como ação que se extinguiria depois de resolvido o problema do analfabetismo [...]. (DI PIERRO; JOIA E RIBEIRO, 2001, p. 61).

O Mobral foi extinto em 1985 quando o momento político vivenciado no país já estava mais aberto, porém percebe-se que esse movimento apesar de mais duradouro que os demais programas foi previsto como temporário, e para alcançar realmente as necessidades das pessoas adultas que se encontravam em situação de analfabetismo, seria necessário muito mais que propostas temporárias e vazias e sim projetos concretos e duradouros que dessem a estas pessoas a oportunidade da educação de fato, como um direito.

Entretanto somente em 1988 com a Constituição Federal a educação de jovens e adultos passa a ser vista e discutida garantindo direitos de uma maneira mais abrangente: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I—educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria [...]”. E posteriormente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394 de 1996 conforme indicado no artigo 37: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” (BRASIL, 1996, p. 42).

Na década de 1990 foi promulgada a nova LDB Lei n. 9.394/96, que como já citado aqui, o capítulo que trata da EJA reforçou a questão do oferecimento da educação as pessoas que não estudaram na idade regular, como gratuita e dever do estado, entretanto, foi estipulada uma nova idade mínima para que os alunos participassem dos exames supletivos, sendo 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio.

A seção V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394\ 1996 (LDBN), que trata da EJA, é bem breve, e podemos identificar algumas características específicas dessa modalidade de ensino. Quando diz que os sistemas de ensino devem oferecer oportunidades educacionais aos educandos que considerem suas características específicas, condições de vida e trabalho, em outro momento cita que a EJA deve está articulada com a educação profissional. (Brasil, 1996). Aqui, podemos observar que mesmo após tantas discussões e com a educação garantida aos jovens e adultos como um direito, ainda assim a alfabetização de adultos é vista dentro da perspectiva de educar para o mercado de trabalho.

Mesmo com a garantia do direito à educação estabelecida por lei percebe-se que a EJA não conseguiu um avanço considerável em relação às outras etapas da educação básica, a lei garante acesso e permanência na escola, porém precisamos tentar compreender como os estados e municípios irão conseguir realizar estas ações assim relata Machado, 2016 “... a aprovação desta lei não representava, exatamente, o conceito de EJA defendido por parte da sociedade civil, em que a escolarização estivesse pautada na aprendizagem e no conhecimento numa perspectiva emancipatória dos trabalhadores...” (MACHADO, 2016, p.442).

Nos anos seguintes a efetivação da LDB, foram criados diversos programas na intenção de impulsionar a Educação de Jovens e Adultos, o Projovem destinado a jovens de 18 a 29 anos que sabem ler, mas que ainda não tenham concluído o ensino fundamental, o Projovem Trabalhador destinado a jovens de 18 a 29 anos de família com renda per capita de até meio salário mínimo, com o intuito de prepará-los para o mercado de trabalho e concluir o ensino fundamental, Projovem Campo destinado a jovens de 18 a 29 anos do campo que trabalham na agricultura familiar para que concluam o ensino fundamental e o Projovem Adolescente para jovens de 15 a 17 anos que vivam em situação de risco social.

O decreto 5.840\2006 instituiu o Programa Nacional da Integração Profissional à Educação Básica Na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), garantindo a oferta de cursos e formação profissional no ensino médio e técnico, em 2003 foi criado o Programa Brasil Alfabetizado Por meio do Decreto nº 4.834 de 08 de setembro de 2003 e seus objetivos principais seriam:

- a) criar oportunidade de alfabetização a todos os jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou permanência no ensino fundamental;
- b) promover com qualidade o acesso à educação de jovens, adultos e idosos e sua continuidade no processo educativo;
- c) mobilizar gestores estaduais e municipais para ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos – EJA;
- d) qualificar a oferta de alfabetização para jovens, adultos e idosos por meio da implementação de políticas de formação, de distribuição de materiais didáticos e literários, de incentivo à leitura e de financiamento. (BRASIL, 2011, p. 10).

Em 2007 o programa foi reorganizado por meio do decreto n. 6.093\2007, onde ficaram estabelecidos objetivos e diretrizes, como universalização da alfabetização dos jovens e adultos de 15 anos ou mais e que os municípios com maior índice de analfabetismo teriam prioridade na adesão ao programa. No ano de 2009 por meio da resolução nº 51\2009 foi lançado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para EJA, com o objetivo de “disponibilizar livros didáticos aos alfabetizando e estudantes jovens, adultos e idosos das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado, das escolas públicas com turmas de alfabetização e de ensino fundamental e médio na modalidade EJA.” (BRASIL, 2009).

Apesar de tantas alternativas que estão sendo apontadas no campo da Educação de Jovens e Adultos, ainda existe nos documentos oficiais a característica emergencial que é tratada a EJA, é o que podemos perceber ao analisarmos as metas 9 e 10 do Plano Nacional de Educação (PNE).

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. (BRASIL, 2014).

Podemos dizer que essas metas são direcionadas especificamente aos estudantes que tiveram sua trajetória escolar interrompida, ou nunca iniciada e para alcança-las são propostas algumas estratégias como a garantia da educação gratuita a jovens e adultos, inclusive as pessoas privadas de liberdade, e também proporcionar a educação integrada à formação

profissional, além de realizar a diagnose dos educandos da EJA, com ensino fundamental e médio incompleto. Acreditamos que a erradicação do analfabetismo é uma conquista que ainda está distante de acontecer, sabemos que conseguimos algumas conquistas, porém ainda são poucas quando pensado na dimensão que a educação negligenciada e negada no passado tomou.

E para sanar essa dívida que temos com a educação, como já falado aqui diversos instrumentos estão sendo utilizados, um deles que também achamos relevante citar aqui é o Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Criado em 2002 e instituído pela portaria no 2.270, é “apresentado como um instrumento de avaliação para aferição de competências e habilidades a nível fundamental e médio.” (Brasil, 2002). O Encceja divide opiniões quando diz respeito a sua eficácia e iremos fazer algumas observações a seu respeito.

A primeira observação é que ao realizar um exame como esse que acontece apenas uma vez no ano, automaticamente os interessados não precisariam se matricular em uma escola e cursar o período de um ou dois anos para receber seus certificados, então não se tornaria mais necessário as turmas de EJA nas instituições, um direito que lutamos tanto pra conquistar, e o que defendemos é que a escola não é apenas um ambiente para obter uma certificação, mais também um lugar se socialização, de conhecimento e de troca de experiências, tornando-se indispensável essa vivência aos educandos da EJA.

A segunda observação faremos no sentido de que o Encceja não considera uma questão muito importante que já citamos muitas vezes aqui e que são tratadas em documentos como por exemplo na LDBN de 1996, que são as especificidades dos educandos, uma vez que é um exame realizado a nível nacional, e pessoas de diversas áreas do país irão participar, ou seja, saí um pouco da perspectiva idealizada para a EJA, que é a de vivencias de pessoas e de culturas diferenciadas, cada qual com suas características específicas. E ainda não contempla a ideia de avaliação defendida por Luckesi, (2008), o autor afirma que a avaliação deve ser entendida como um processo. Não podemos considerar um exame realizado pontualmente como uma maneira de avaliar, o ato de avaliar exige diversos instrumentos e um exame seria apenas um deles.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A discussão levantada nesse trabalho buscou embasamento teórico para a realização e conclusão de uma pesquisa mais ampla que é conhecer ás história de vida de estudantes da EJA, visto que existe a necessidade emergente de visibilidade para esses alunos. Vimos como a Educação de adultos vem sendo discutida na nossa realidade atual e isso é de grande importância para o encaminhamento da pesquisa no que diz respeito em compreender como está sendo considerada como parte da educação nacional e como modalidade que é um direito dos educandos.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Márcia Regina. **RUMO E POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. In: SANTIAGO, Eliete; MAHADO, Laêda Bezerra (Orgs). **POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**. 2. ed. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2012.

BELUZO, Maira Ferreira. TONIOSSO, José Pedro. **O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 2 (1): 196-209, 2015.

BRASIL. **Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos Encceja**. Portaria n.º 2.270, de 14 de Agosto de 2002. Disponível em:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/encceja/legistacao/2002/portaria2270.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/legistacao/2002/portaria2270.pdf).  
Acesso em: 09 de Junho de 2018.

**BRASIL. Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado:** Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores. Brasília, 2011. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=8463&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8463&Itemid=) Acesso em: 22 de Maio de 2018.

\_\_\_\_\_. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO Nº 51 DE 16 DE SETEMBRO DE 2009** Dispõe sobre o **Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA)**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc\\_download&gid=10026&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=10026&Itemid=) Acesso em: 24 de Maio de 2018.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125). Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 09 de Junho de 2018.

DI PIERRO, Maria Clara. HADDAD, Sérgio. **Escolarização de jovens e adultos.** Revista brasileira de educação, Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14.

DI PIERRO, Maria Clara. JOIA, Orlando. Ribeiro, Vera Masagão. **VISÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.** Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

LUCKESI, Cipriano. **Verificação ou avaliação: O que pratica a escola?** In: \_\_ Avaliação da aprendizagem escolar: Estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2008.

MACHADO, Maria Margarida. **A educação de jovens e adultos Após 20 vinte anos da Lei nº 9.394, de 1996.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 19, p. 429-451, jul./dez. 2016.

SILVA, Ana Maria dos Santos Azevedo. **As práticas de letramento dos estudantes da EJA fora da escola.** 2016. 70 f. Monografia (Curso de Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Garanhuns, 2016.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. **BREVE HISTÓRIA SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.** Revista HISTEDBR, On-line, Campinas, n. 38, p. 49-59, Jun. 2010 – ISSN: 1676-258.